



Da clássica divisão de classes sociais observada por Marx à reprodução e legitimação das classes sociais na contemporaneidade

Igor Vasconcelos Nogueira; Eilson Castro Soares de Oliveira



Resumo: O presente trabalho propõe discutir a divisão de classes sociais, partindo da análise clássica de Karl Marx até a reprodução e legitimação das classes na contemporaneidade. Inicialmente, revisita-se a teoria marxista sobre a relação entre a classe dominante e a classe dominada, destacando conceitos fundamentais como materialismo histórico e dialético, mais-valia e alienação. Em seguida, examina-se como a lógica capitalista perpetua a divisão de classes por meio da ideologia dominante, utilizando autores como Bourdieu e Weber para aprofundar a análise. A discussão avança para o período contemporâneo, abordando as novas classes sociais emergentes, como o precariado, e a reconfiguração da classe média, conforme proposto por Standing e Wright. Ao final, considera-se que, apesar das transformações socioeconômicas, as ideias de Marx permanecem relevantes para entender as dinâmicas de poder e desigualdade na sociedade atual, oferecendo um aparato teórico robusto para a análise crítica das relações sociais e econômicas.

Palavras-chave: Classes Sociais; Divisão de Classes; Ideologia Capitalista; Desigualdade Social.

Introdução

As desigualdades entre os seres humanos são um fato histórico presente desde os primórdios da humanidade, quando os indivíduos passaram a se associarem em grupos, as relações de poder foram inicialmente estabelecidas e afloraram a histórica luta de classe, retratadas por Marx e Engels (1999), nas relações entre o homem livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o barão e o servo, os membros das corporações e os aprendizes, ou, como bem definido pelos autores, a relação entre opressores e oprimidos.

Ao longo dos séculos, com o desenvolvimento da humanidade e as transformações desses grupos tribais em sociedades mais estruturadas, observou-se que as relações sociais também passaram por transformações. As relações de poder estabelecidas na era medieval, expressa entre senhores feudais e seus vassalos ou entre os monarcas e os plebeus, deram lugar a uma complexa desigualdade que se intensificou com as relações comerciais e o posterior processo de industrialização.

O processo de industrialização serviu de base para o advento do sistema capitalista, com a intensificação da desigualdade em um contexto social, que passou a ser constituído por camadas sociais delimitadas, tendo como classes principais a burguesia e o proletariado. Estas novas relações impactam as diversas esferas da vida social, estabelecendo a desigualdade entre as classes sociais, sendo objeto de análise das ciências sociais, em especial da sociologia e da econômica.

É neste contexto, que o presente trabalho se propõe a realizar uma breve revisão das teorias de classes sociais, com enfoque principal para a conceituação de classe social proposta por Marx. Para isso, revisitou-se sua teoria das classes sociais para, posteriormente, apresentar o modo de reprodução das classes sociais por meio da lógica capitalista e por fim, discutiu-se sobre as novas classes sociais no período contemporâneo.

Revisitando as classes sociais propostas por Marx

A compreensão das classes sociais propostas por Marx perpassa pela conceituação do autor sobre o Materialismo Histórico e Dialético. Portanto, é importante assimilar a ideia a respeito do materialismo histórico que representa como a história pode ser compreendida por meio da produção material, no qual Marx afirmou que foram as condições materiais existentes que definem as relações sociais, ou seja, não é a ideia ou a razão que constrói o mundo a sua volta, mas o contrário, a matéria que determina a ideia. Assim, Marx afirmou que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 2013).

Neste contexto, uma sociedade é a expressão das suas condições materiais, no qual a infraestrutura é a base material da sociedade que se expressa por meio do seu modo de produção, sendo a maneira como as forças produtivas são articuladas por estas relações de produção. Isso possibilita que o modo de produção material condicione o processo da vida social, política e espiritual, conceituando o Materialismo Histórico (MARX, 2013). Conforme Marx e Engels (1987), pode-se considerar o ato de produzir seu meio de vida, até mesmo além do fato de pensar, o primeiro ato histórico do indivíduo, pois o que é o indivíduo depende das condições materiais de sua produção, do que ele produz e do modo como ele produz.

Assim, o Materialismo Histórico e Dialético é a compreensão de que há uma histórica disputa de classes sociais desde os primórdios da humanidade, na qual está condicionada à produção material (trabalho e resultado do trabalho) da sociedade, caracterizada por meio da materialidade histórica da vida dos seres humanos em sociedade, em que se fundamentam (pelo movimento do pensamento) as leis que definem a forma organizativa dos indivíduos em sociedade ao longo da história (MARX, 2013).

Em outras palavras, as relações sociais e políticas são determinadas, uma vez que os indivíduos agem e produzem de forma determinada. Nesse sentido, a estrutura social e o Estado resultam frequentemente do processo de vida dos indivíduos determinados, da forma como atuam e produzem materialmente e, portanto, “tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade” (MARX; ENGELS, 1987, p. 36).

Sob tal ótica, a infraestrutura expressa todo um conjunto de leis, regras, valores e ideias que dão o suporte ideológico para a base material. Assim, ocorre a superestrutura no nível ideológico e jurídico-político da sociedade, ou seja, primeiro ocorreria formação da estrutura e dentro desta que os indivíduos são socializados em suas classes sociais. Diante disso, toda elite tentará justificar o seu poder por meio de um conjunto de ideias, que serão representações da realidade que atendem aos seus interesses e lhes permitem continuar a exercer o seu domínio diante da classe oprimida, notadamente fazendo com que a produção intelectual se transforma com a produção material, fazendo com que as ideias da classe dominante seja as ideias determinantes (MARX, 2013).

Marx considera que as leis econômicas são históricas, sendo que cada regime econômico possui suas próprias leis, em conformidade com a época vivenciada, no qual a teoria da exploração é um exemplo destas leis históricas (ARON, 1993). Exemplo disso se dá, ao observar no modo de produção antigo, que a escravidão era a relação exploratória do trabalho vigente, enquanto no modo de produção feudal era a servidão. Já no modo de produção capitalista, vivenciado a época por Marx, é o trabalho assalariado a forma de exploração, no qual se observa a subordinação dos trabalhadores manuais a uma classe que detentora da propriedade dos meios de produção e do poder político, a classe dominante.

Aron (1993) destacou também que sob esta ótica a exploração pressupõe a distinção de classes na sociedade, em que Marx evidenciou duas classes sociais: a dos empresários ou proprietários dos meios de produção (classe dominante, os capitalistas) que adquirem a força de trabalho dos operários (classe oprimida, os proletariados), no qual a relação econômica entre os capitalistas e os proletários ocorre por meio de uma relação social de poder entre duas categorias sociais.

Sob esta perspectiva histórica, Marx, considerou que todas as sociedades mantinham relações sociais de produção exploratória, com a elite detendo o controle sobre a riqueza produzida pela classe oprimida e seu olhar foi direcionado para entender as relações sociais do capitalismo por meio da relação social exploratória entre o capitalista e o proletariado através da mais-valia.

A mais-valia se dá por uma diferença de valor, entre o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso pode ser pessoal ou não negociável (como o oxigênio que respiramos) pois é baseado na utilidade conforme as propriedades físicas dos objetos, contudo o que define uma mercadoria é seu valor de troca, por meio do uso social desse objeto. Uma mercadoria é um produto do trabalho que será trocado, no qual o seu valor de troca é mensurado pelo tempo socialmente necessário para sua produção.

Esta relação é pautada por Marx como um constante conflito de luta de classes, oriunda da tensão decorrente da exploração de uma classe sobre a outra, por meio do capitalismo, no qual os burgueses visam sempre maximizar o seu lucro e aumentar o acúmulo de riqueza, enquanto o proletariado luta por condições minimamente dignas de existência (MARX, 2013).

Marx (2013) afirmou que quando o proletariado chega ao mercado de trabalho para vender sua força de trabalho, é necessário que ele seja remunerado pelo valor medido por sua quantidade de trabalho, que não se trata somente da quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria, o que, conforme Aron (2013, p. 141) “nos faria sair do campo das trocas sociais para ingressar no terreno das trocas biológicas”, em que é preciso observar que é a quantidade de trabalho que vai corresponder ao valor da sua força de trabalho é “o das mercadorias de que o operário necessita para sobreviver, ele e a família”.

Contudo, Marx (2013) afirmou que o valor pago ao proletariado pelo burguês, quando faz uso da sua força de trabalho, é inferior à duração efetiva do seu trabalho, o que gera um valor excedente que é apropriado pela burguesia (a mais-valia). Assim, o valor de uso da força de trabalho sempre será maior que o seu valor de troca.

Sendo a burguesia a classe dominante que controla os meios de produção, ela por sua vez explora o proletariado pela mais-valia, e o próprio proletariado, que nada possui além da sua capacidade de agregar valor ao trabalho, necessita, portanto, vender sua força de trabalho (MARX, 2013).

Por não acessar, controlar e aproveitar o resultado pleno do seu trabalho, o proletariado sofre alienação do seu resultado produtivo e como desdobramento, a própria organização da sociedade se fragmenta, fazendo com que o trabalhador não consiga mais conceber o processo produtivo na sua totalidade e perde a noção de como esse processo ocorre, bem como a sua própria posição neste

processo, não tendo mais a noção das consequências jurídico-políticas e ideológicas desse processo (MARX, 2013).

Neste cenário, Marx (2013) afirmou que a transformação de dado modo de produção só seria possível por meio de uma *práxis* revolucionária, que ocorreria quando a classe oprimida tomasse consciência de sua condição (consciência de classe), compreendendo as implicações políticas e econômicas da estrutura social. A *práxis* revolucionária não é uma atitude materialista extrema e nem de idealismo extremo, mas uma consciência que ocorre por um constante fazer pensar, como uma atitude prático-crítica, que tende a ser tanto pensada quanto construída.

Conforme Marx (2011) os homens fazem a sua própria história, porém, isso não ocorre de livre e espontânea vontade, pois as circunstâncias sob as quais a história é escrita não dependem de suas escolhas, mas da forma como as circunstâncias lhes foram transmitidas. uma vez que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Para Lukács (2003), dado que o interesse da burguesia no processo produtivo é direcionado ao processo de utilização, e não a totalidade do processo produtivo, a realização da função social do capitalismo pela burguesia se faz por uma falsa consciência, diferentemente do proletariado, que constrói por si próprio suas forças motrizes, de modo centralizado, influenciando o cerne do processo social de desenvolvimento.

Diante do exposto, a consciência de classe do proletariado seria a verdadeira e última consciência de classe histórica, que condiz com o descobrimento da essência da sociedade e, ao mesmo tempo, buscou “tornar-se uma unidade cada vez mais íntima da teoria e da *práxis*” (LUKÁCS, 2003, p. 174).

Neste contexto, a *práxis* revolucionária não se trata de ignorar o movimento histórico, que para Marx é um processo dialético, mas confrontar as contradições da sociedade capitalista, que passariam para um novo estágio síntese, por meio de um modo de produção comunista, onde todo o trabalhador tem acesso aos meios necessários para a produção dos objetos materiais, possibilitando o exercício real das ideias de liberdade, igualdade política e jurídica defendidas pelo liberalismo (MARX, 2013).

Portanto, para Marx conforme Aron (1993, p. 143) “a teoria da mais-valia tem uma dupla função, científica e moral”, em que a conjunção desses dois elementos proporcionou ao movimento marxista uma singular influência histórica capaz de atender os anseios dos espíritos racionais e idealistas. Isso se observa, uma vez que, apesar do indivíduo construir a sua própria história, esta não se constrói pelo seu próprio desejo. O indivíduo não exerce plenamente suas escolhas, mas estas são decorrentes das circunstâncias com que ele diretamente se defronta, bem como pela

legalidade e transmissão histórica. Apenas uma transformação na forma como o modo de produção se estabelece poderia findar os problemas sociais gerados pela divisão de classes no capitalismo e expressar uma nova superestrutura.

A reprodução das classes sociais por meio da lógica capitalista

A proposta das ideologias da classe dominante descritas por Marx (2013), tende a se tornar a representação da realidade para a classe oprimida, na qual é mais fácil os proletariados acreditarem que o desemprego crescente é uma consequência da sua falta de qualificação, do que acreditarem na transformação da base material provocada por estratégias de maximização do lucro por parte da burguesia, dado a força de reprodução da ideologia.

Sob esta ótica de reprodução das classes sociais por meio da lógica capitalista, Saes (1985), destacou que a sociedade capitalista propicia ao burguês criar as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações existentes, uma vez que a classe dominante organiza um modo particular de dominação de classe oprimida, ou seja, a dominação burguesa. O que também foi corroborado por Boito Jr (2007) ao indicar o caráter ativo da classe dominante em contraposição ao caráter potencial da classe dominada, presente como insumo em qualquer atividade, o que garante a concepção de classe social na reprodução da ideologia capitalista.

Portanto, cabe ressaltar que, se o indivíduo vem de uma estrutura capitalista, que se fundamentou sobre uma produção e um modo de vida capitalista, ele terá também uma produção ideológica capitalista (uma educação voltada para o capitalismo, uma ética capitalista e uma religião capitalista), onde predomina a ideologia da meritocracia e da igualdade de oportunidades, desconsiderando as implicações da divisão de classes sociais.

Tal situação foi corroborada por Bourdieu (*apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002), aproximadamente um século após descrita por Marx, nos anos de 1960, quando observou as frustrações dos jovens das camadas médias e populares, diante das falsas promessas de oportunidades, meritocracia e justiça social promovidas pelo sistema de ensino.

De acordo Bourdieu (*apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 18), a escola tinha um papel na reprodução das desigualdades sociais, não sendo uma instituição neutra (imparcial) “que seleciona os mais talentosos a partir de critérios objetivos”, mas um local de reprodução das crenças e hábitos dos grupos dominantes, legitimando seus privilégios sociais como uma cultura universal.

Bourdieu e Saint-Martin (1976) conceituaram como *Habitus* a relação do modo de agir provido de estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes, no qual ao mesmo tempo que

gera e determina os objetivos a serem alcançados, possibilitam, mas apenas sob certas condições, que o indivíduo possa criar, agir e inventar, dando-lhe a falsa impressão de que o indivíduo possuiria total liberdade após compreender a noção do *Habitus*, na qual ludicamente se tornaria uma grade de leitura para o mundo.

Entretanto, para que esse indivíduo pratique a ação, há uma outra dimensão a ser observada, dada por um ato que cada indivíduo enfrenta por meio de uma ação objetivada estruturalmente, promovendo uma situação dialética entre *Habitus* e a situação que pode ser denominada como Prática (BOURDIEU, 1984).

A Prática seriam as condições subjetivas relacionadas as condições objetivas da sociedade, no qual esse espaço de embate, de posições determinadas previamente aos indivíduos, é denominado de Campo (local de disputa entorno dos interesses específicos de tal área, sendo um espaço no qual a ação do indivíduo já está disposta). Portanto, no Campo já existem regras e maneiras de agir pré-estabelecidas, sendo é um espaço social com relações de poderes previamente pautadas, por uma desigualdade de distribuição do capital social (BOURDIEU, 1991).

Dois extremos estão presentes nesta desigual condição, os dominantes e os dominados, e neste sentido, Bourdieu (1991), apesar de possuir um referencial teórico próprio, converge com ideias de Marx (2013), sendo os dominantes aqueles que possuem mais capital social específico e os dominados aqueles com menos capital social. Assim, Bourdieu (1991) enxergou os impactos das divisões de classes no processo educacional e o papel da ideologia capitalista nesse processo.

Bourdieu (1991) afirmou também que o acúmulo e a maximização somente ocorre se as condições de posição ocupada no Campo permitirem que se acumulem, do contrário, os esforços seriam em vão visto que existem pré-figurações que determinam a ação, tendo como exemplo de Campos, as áreas literárias, científicas, e mesmo culturais, no qual estão presentes a existência de alguns tipos de capital, o *quantum*, que são primordiais nesta discussão, tais como o capital cultural, econômico, simbólico e político.

Em suma, conforme Riley (2018), Bourdieu descreve que os recursos de um indivíduo (seu capital social ou simplesmente Capital) produzem uma estrutura de personalidade (*Habitus*) que propicia tipos particulares de comportamentos nos contextos de jogos sociais (Campos), ocorrendo uma estabilidade desses processos por meio da conexão entre Capital, *Habitus* e Campos que foram sistematicamente distorcidos com o propósito de legitimar a desigualdade da distribuição dos recursos existente.

Esta concepção ideológica, de classe dominante que se coloca como detentora da produção intelectual (o dito poder simbólico) e gera uma falsa percepção de que suas ideias são válidas em

todos os lugares e tempos, ocultando todo e qualquer interesse da classe dominada por não ter acesso a produção intelectual, encontra-se também presente em Marx (2013), que destacou ainda a ideologia como uma ideia falsa por ocultar a perspectiva da classe trabalhadora e impor somente a visão da classe dominante.

A percepção de uma relação intrínseca entre o conhecimento e o poder sobre a coletividade também está presente nas ideias de Foucault (2004), no qual destacou que o discurso norteador da sociedade é o discurso de quem detém o saber, estando os indivíduos sujeitos as ideias disseminadas pela classe dominante.

Sob uma ótica mais institucionalizada do que a percebida de Foucault (2004), Weber (2004a) observou, ao longo do período moderno, um processo de racionalização e de burocratização que, como consequência, promoveu o de desencantamento do mundo. Se anteriormente o ser humano orientava suas perguntas e respostas por meio do campo mágico e do campo sagrado, sendo a religião utilizada muitas vezes para preencher o vazio existencial da humanidade; no período moderno, as ações se tornaram mais práticas e pragmáticas, objetivando resultados e abrindo espaço para uma sociedade fincada na técnica, na ciência e na razão.

Weber (2004a) ressaltou que este processo de desencantamento do mundo foi observado até mesmo nas religiões, no qual Lutero realizou grandes críticas a igreja católica por considerar que esta estava permeada de mitos, rituais e sacramentos. Isto deu início ao movimento protestante, baseado no ascetismo, no qual estávamos nesse mundo por vontade de Deus e nele devemos realizar a sua vontade por meio do trabalho, sendo o trabalho agora compreendido como um processo de salvação, o que se torna essencial para compor o mundo moderno.

Portanto, Weber (2004a) o ascetismo condicionou e influenciou o desenvolvimento da economia capitalista, completando a ideia de Marx de que tanto a economia influenciou na religião, quanto a religião influenciou na economia. Com isto, Weber (2004a) demonstrou que a ética protestante corroborou para a ascensão do capitalismo, uma vez que o protestantismo possuiu uma forma de lidar com a vida e com o trabalho que coincidiu com as ambições e a reprodução das ideologias capitalistas.

Saad Filho (2012) corroborou com as visões de Marx (2013), Bourdieu (1991) e Weber (2004a), ao enfatizar que a análise marxista foi estruturada pela relação entre teoria e história, possibilitando a análise das condições materiais da reprodução social, bem como das estruturas sociais, econômicas e políticas, com enfoque para o modo produtivo por meio das explorações das classes dominadas, no qual o proletariado é também afastado do consumo, não podendo desfrutar da riqueza que é fruto da sua atividade.

Observou-se, portanto, o processo que deu origem a reificação, no qual as pessoas e as relações passaram a ser um objeto, fazendo com que o trabalhador busque sua completude por meio da aquisição do que lhe foi afastado.

Assim, a intensa mercantilização do sistema capitalista, associado ao afastamento entre os proletariados e seus objetos produzidos, criaram um “fetiche” no qual a própria vida material passou a acontecer por meio dos objetos, que agora são adorados por características que não possuem, mas que lhes são atribuídas subjetivamente pela classe dominante (como o novo modelo de “última geração” de um aparelho celular ou um novo *design* de um mesmo modelo automotivo) contribuindo para a lógica reprodutiva do sistema capitalista.

As novas classes sociais no período contemporâneo

Após revisitar as classes sociais propostas por Marx e compreender como a lógica capitalista reproduz as ideologias da classe dominante, é necessário ampliar o debate para o período contemporâneo, sem a pretensão de esgotá-lo. Iasi (2013) destacou que, diante do século XXI, as mudanças econômicas provocariam essenciais mudanças sociais. Isso pôde ser observado por meio da mudança de paradigma, na qual a luta entre duas classes sociais, que antes eram centrais para a discussão da sociedade capitalista industrial devido à disputa por recursos escassos, reduz a sua centralidade na atualidade, uma vez que o problema essencial passa a ser a necessidade de controle da decisão, da normatização e da comunicação (IASI, 2013).

Diante das contemporâneas mudanças econômicas e consequente reorganização social, Antunes (1999) se propôs trazer para o período atual as ideias de classes sociais propostas por Marx (2013), em que passou a denominar como classe-que-vive-do-trabalho a classe proletária definida por Marx (2013). Antunes (1999, p. 102) reforçou que a classe proletária atualmente inclui “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivo”.

Sob esta ótica Antunes (1999) afirmou que a classe-que-vive-do-trabalho não se restringe apenas ao trabalho manual direto, mas deve ser compreendida como a classe social que também incorpora a totalidade do trabalho coletivo assalariado, responsável pela produção da mais-valia e pelo processo de valorização do capital. Inclusive esta classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores “improdutivos”, aqueles que conforme Marx (*apud* ANTUNES, 1999, p. 102) “o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca”, tendo como exemplo os assalariados empregados no setor de serviço público ou privado.

Já Standing (2014) destacou que no período contemporâneo houve o surgimento de uma estrutura de classes profundamente diferente daquelas que predominaram em períodos anteriores do capitalismo, como as definidas por Marx (2013). Standing (2014) considerou que as mudanças na estrutura social de classes promoveram uma nova formação, dando origem a novas classes sociais, como a plutocrática, uma elite nacional, a assalariada, os funcionários independentes, o velho proletariado e o precariado.

As mudanças na estrutura social observadas por Standing (2014) já estavam presentes na teoria burocrática de Weber (2004b), no qual ele observou que a formação do Estado Moderno demandou uma organização mais racionalizada, com a finalidade de criar condições para uma economia de tempo e eficiência produtiva. Esta racionalização adotou a burocratização por meio da dominação legal racional e criou, por meio da impessoalidade nas relações sociais, o principal dispositivo para o surgimento das modernas sociedades democráticas capitalistas.

Standing (2014), salientou que, se o capitalismo industrial não globalizado se propôs a habituar o núcleo do proletariado a um trabalho com características de estabilidade; o capitalismo globalizado objetivou habituar o trabalhador a uma vida de instabilidade, dando origem as novas classes sociais, em especial o precariado, que se caracteriza pela incerteza e insegurança constante nas suas relações de trabalho.

Tal situação ocorreu mediante a evolução das relações de trabalho, na qual inicialmente tinham o propósito de legitimar as estruturas capitalistas com organizações rigidamente burocratizadas, oriundas da racionalização moderna que objetivava a eficiência, por meio de instituições com o propósito de controlar e dirigir o comportamento das ações sociais humanas; mas que posteriormente, por meio da globalização, promoveu a precarização do trabalho e a instabilidade nas relações trabalhistas.

Nesta concepção, Standing (2014) definiu o precariado como a nova classe social situada logo abaixo do antigo proletariado, e considerada pelo autor como uma classe social “perigosa”, dado a sua desvinculação com a estrutura econômica e psicológica do capitalismo contemporâneo, fazendo com que as estruturas de uma sociedade de classes globalizada fossem agora analisadas pela condição global do precariado.

Já Wright (2015) busca analisar o dilema do crescimento da classe média no processo de desenvolvimento capitalista, que denota uma posição contraditória de classe, uma vez que a classe média vende sua força de trabalho, mas não possui seus próprios meios de produção, mesmo assim, não fazem parte proletariado, o que os diferenciam da tradicional classe oprimida proposta por Marx (2013).

Neste contexto, Wright (2015) considera que a classe média deveria ser compreendida como uma classe social a parte, tal como uma "pequena burguesia" ou uma "nova classe trabalhadora", devido aos elementos que diferenciam a classe média da classe proletária, como a possibilidade de exercer a autoridade sobre a classe oprimida, ocupando cargos de gerência e assumindo posições contraditórias, entre a classe dominante e a classe dominada.

Wright (2015) observa ainda que a classe média possui também elevada remuneração em comparação com a classe proletária, obtida por meio do "aluguel de sua lealdade" a classe dominante, fazendo com que ocupe uma posição privilegiada dentro das relações de exploração, inclusive com acesso as qualificações e especialização, tidas como elementos "raros", como meio de controlar o conhecimento, podendo então ser classificada como uma força de trabalho escassa.

Esta nova reorganização social foi destacada por Iasi (2013) no qual afirmou que findada a relação tradicional de trabalho durante o período da sociedade capitalista industrial, ocorreu o desaparecimento da possibilidade de superação revolucionária que estava ligada a esta forma de sociedade (o socialismo), demonstrando que a sociedade contemporânea seria agora pós-industrial e não socialista.

Segundo Gorz (1987, *apud* IASI, 2013), a crise da sociedade capitalista industrial com a reordenação da classe proletária culminou na crise do marxismo e de sua alternativa de sociedade, destacadamente por quatro razões:

- a) teria se rompido o vínculo entre as classes e o desenvolvimento das forças produtivas;
- b) o capitalismo desenvolveu a incrível habilidade de sobreviver ao seu mal funcionamento;
- c) o desenvolvimento das forças produtivas não gera as condições para o socialismo, mas reforça a ordem do capital;
- d) de tudo isso resulta que o proletariado não cresce quanto mais se desenvolve o capitalismo, mas diminui (GORZ, 1987 *apud* IASI, 2013, p. 336).

Corroborando com tais afirmações, Wright (2015) observou que Marx (2013) não tratou de elaborar conceitualmente uma noção abrangente de classe social capaz de contemplar a contemporaneidade, deixando uma lacuna entre burguesia e proletariado, considerando apenas a "pequena burguesia" como "classe em transição", que tenderia a desaparecer em decorrência da crescente polarização desencadeada pelas relações capitalistas. Assim, a nova teoria das classes sociais propostas por Wright (2015) permite vislumbrar uma tentativa de superação da clássica abordagem marxista, que não considerava a ascensão das classes médias no capitalismo contemporâneo.

Contudo, o próprio Iasi (2013) ressaltou que a configuração geral da consciência social no momento que é vivenciada, não nos permite enxergar com clareza as relações de opressões e

explorações específicas, apagando os nexos e determinações, isolando-a em sua própria legalidade e por vezes fragmentando ou pulverizando tal consciência social no período presente.

Diante do exposto, não seria correto afirmar que as ideias de Marx (2013) são ultrapassadas para o período contemporâneo, uma vez que Iasi (2013, p. 341) afirmou que a compreensão da sociedade atual por meio do seu desenvolvimento histórico possibilita enxergarmos o desenvolvimento da totalidade, dado que “a totalidade não é uma extensão física de vários vetores, ela é fundamentalmente temporal, isto é, movimento e sucessão das formas no tempo”, o que Marx (2013) já havia observado.

Mesmo nos casos, de raras exceções de ascensão socioeconômica, por indivíduos de origem da classe dominada que passam a figurar na classe dominante, seja por meio do acúmulo de capital oriundo de seu trabalho ou por uma ocasião fortuita, estes podem ser considerados como a exceção que confirma a regra, servindo inclusive de modelos para propagar a ideologia de ascensão social, que só seria possível no sistema capitalista democrático, como no caso de um indivíduo pobre que por meio do esporte se torna um grande empresário, ou um artista televisivo, também de origem pobre, se torna dono de uma emissora, ou mesmo, um ganhador de um prêmio acumulado na loteria.

Portanto, conforme observado por Saad Filho (2012, p. 14) “o marxismo oferece um aparato conceitual e teórico que pode ser usado para avaliar as suas próprias experiências, informar a sua renovação e apoiar movimentos progressistas e transformadores no século XXI”. O que também foi reafirmado por Heller (1976, p. 22) ao frisar que “não existe uma interpretação de Marx que não possa ser contradita por citações do próprio Marx. O que me interessa é a tendência principal do seu pensamento”.

Considerações Finais

A clássica divisão de classes sociais observada por Marx enfatiza a histórica luta entre os dominantes e os dominados, que pode ser analisada no momento contemporâneo, respeitadas as relações sociais vigentes em decorrência das transformações socioeconômicas entre os séculos XIX e o século XXI.

Durante este período a histórica luta de classes tem sido, conforme destacado por Iasi (2013, p. 351), “a história da pretensão da burguesia em acabar com qualquer possibilidade de alternativa à sua ordem” e mesmo as teorias posteriores a Marx (2013), que possuem um olhar mais

contemporâneo, não são capazes de refutar a natureza da consciência e das relações sociais descrita por ele.

Marx (2013) buscou compreender as contradições sociais presentes no século XIX, por meio das relações sociais do trabalho, observando a contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais do trabalho à época. Esta contradição seria a responsável por anunciar o despertar de uma consciência social e consequente transição para uma sociedade de classes menos desiguais.

Contudo, apesar das desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista, que são intensificadas em seus períodos de crises, a disseminação de suas ideias manteve coesas suas estruturas. Desde o seu início do período industrial até os tempos atuais, o capitalismo foi capaz de reproduzir sua ideologia de acumulação de riqueza, mesmo para aqueles que ocupam uma posição na classe dominante, sob a alegação de uma falsa democracia que possibilitaria todos os indivíduos ascenderem socialmente por meio do trabalho.

Isso também foi observado por Foucault (2004) que relatou a burguesia como uma classe dominante desde o período industrial, apregoando uma ideologia de civilização e humanidade, por meio de uma falsa justiça igualitária, de um aparato judiciário que se vende como independente do sistema capitalista.

Mesmo nos tempos atuais, período considerado pós-industrial em que se observa o predomínio dos serviços em contrapartida ao setor ao manufaturado, o capitalismo soube se reinventar fazendo uso de novas ferramentas, tal como a comunicação social, para persuadir o consumidor desguarnecido e criar uma enganosa necessidade de consumo imediato, que somente poderia ser provida por meio do sistema capitalista.

Qualquer outra possibilidade de um sistema socioeconômico que não atendesse aos interesses da classe burguesa era incessantemente combatida para preservar o controle da classe dominante. Saad Filho (2012) corroborou com esta afirmação quando observou que as ideias de Marx (2013) foram distorcidas com o propósito de disseminar um temor em relação ao socialismo, sendo inclusive utilizado como justificativas para crimes terríveis contra a humanidade.

Por fim, conforme evidenciado por Antunes (1999) existe uma iminente necessidade de eliminar do trabalho assalariado e *fetichizado* possibilitando o surgimento de indivíduos livremente associados. Contudo, esta nova sociedade que geraria condições sociais para uma real relação de trabalho, esbarra na necessidade de dizimar por inteiro o sistema de acúmulo do capital em todas as suas formas.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARON, R. Marx. In: ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martin Fontes, 1993.
- BOITEMPO, Editorial. Cronologia resumida de Karl Marx e Friedrich Engels contida em edição de **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- BOITO JR., Armando. **A (difícil) formação da classe operária**. In: Estado, política e classes sociais. São Paulo: Unesp, 2007, p. 189-200.
- BOURDIEU, Pierre. **Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneva: Librairie Droz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. Anatomie du gout. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v.2, n.5, 1976, p. 2-81.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- HELLER, Agnes. **The Theory of Need in Marx**. Londres: Allison & Busby, 1976.
- IASI, Mauro Luis. O Marxismo diante de um novo século. **Praia Vermelha (UFRJ)**, v. 23, 2013, p. 331-356.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital** [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx: a biography**. Papermac, London, 1995.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, n.78, abril, 2002.

RILEY, Dylan. A teoria das classes de Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 24, n. 46, 2019.

SAAD FILHO, A. A atualidade da economia política marxista. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; GOMES e SOUZA, J.; GALASTRI, L. (orgs.). **Capitalismo: crises e resistências**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 103, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2004b.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 17, Aug. 2015, p. 121-163.

Autores

Igor Vasconcelos Nogueira

Doutorando em População, Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE)
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Endereço: Caraguatatuba - SP, Brasil

E-mail: igorvasconcelosnogueira@ifsp.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8635-3605>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9042757065168013>.

Eilson Castro Soares de Oliveira

Doutorando em em População, Território e Estatísticas Públicas (ENCE/IBGE)
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT
Endereço: Cuiabá - MT, Brasil

E-mail: eilson.oliveira@ifmt.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5853-2104>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0145288951859416>.